

ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS
ACADEMIA REAL MILITAR (1811)
CURSO DE CIÊNCIAS MILITARES

Raphael Rangel Gonçalves Malaquias

**A INFLUÊNCIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA VIDA POLÍTICA NACIONAL E SEU
PAPEL NA REDEMOCRATIZAÇÃO (1889 – 1945)**

Resende

2020



APÊNDICE III (TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE DIREITOS AUTORAIS DE NATUREZA PROFISSIONAL) AO ANEXO B (NITCC) ÀS DIRETRIZES PARA A GOVERNANÇA DA PESQUISA ACADÊMICA E DA DOUTRINA NA AMAN

**AMAN
2020**

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE DIREITOS AUTORAIS DE NATUREZA PROFISSIONAL

TÍTULO DO TRABALHO:

A influência do Exército Brasileiro na vida política nacional e seu papel na redemocratização (1889 – 1945).

AUTOR:

Raphael Rangel Gonçalves Malaquias

Este trabalho, nos termos da legislação que resguarda os direitos autorais, é considerado de minha propriedade.

Autorizo a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) a utilizar meu trabalho para uso específico no aperfeiçoamento e evolução da Força Terrestre, bem como a divulgá-lo por publicação em revista técnica da Escola ou outro veículo de comunicação do Exército.

A AMAN poderá fornecer cópia do trabalho mediante ressarcimento das despesas de postagem e reprodução. Caso seja de natureza sigilosa, a cópia somente será fornecida se o pedido for encaminhado por meio de uma organização militar, fazendo-se a necessária anotação do destino no Livro de Registro existente na Biblioteca.

É permitida a transcrição parcial de trechos do trabalho para comentários e citações desde que sejam transcritos os dados bibliográficos dos mesmos, de acordo com a legislação sobre direitos autorais.

A divulgação do trabalho, em outros meios não pertencentes ao Exército, somente pode ser feita com a autorização do autor ou da Direção de Ensino da AMAN.

Resende, 20 de junho de 2020.

Cad Raphael Rangel Gonçalves Malaquias

Raphael Rangel Gonçalves Malaquias

**A INFLUÊNCIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA VIDA POLÍTICA NACIONAL E
SEU PAPEL NA REDEMOCRATIZAÇÃO (1889 – 1945)**

Monografia apresentado ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Militares**

Orientador: Luciano **Velôzo** Gomes Pedrosa - Cap.

Resende

2020

Raphael Rangel Gonçalves Malaquias

**A INFLUÊNCIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA VIDA POLÍTICA NACIONAL E
SEU PAPEL NA REDEMOCRATIZAÇÃO (1889 – 1945)**

Monografia apresentado ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Militares**

Aprovado em ____ de _____ de 2020

Banca examinadora:

Luciano Velôzo Gomes Pedrosa - Cap
(Presidente/Orientador)

Resende

2020

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por sua fidelidade e misericórdia para comigo, permitindo-me concluir o curso de bacharel em ciências militares da Academia Militar das Agulhas Negras e ser declarado aspirante a oficial do Exército Brasileiro. Dedico também aos meus pais como forma de gratidão pelo apoio e incentivo concedido a mim durante os cinco anos de formação.

AGRADECIMENTOS

Gratidão. Essa é a palavra exata que expressa meu sentimento nesta etapa da vida. Enfim encerra-se o período de formação. Foram difíceis e longos os anos para chegar até aqui. Alegrias, tristezas, aventuras, decepções, expectativas e frustrações foram algumas das experiências que aqui passei e que hoje formam meu perfil militar. Gostaria de agradecer inicialmente a Deus que me sustentou durante os cinco anos de formação, consolando-me e me dando motivação para sempre seguir em frente. Não posso deixar de agradecer minha família: meu pai Joel Malaquias, minha mãe Ana Cristina Malaquias e minha irmã Rebeca Malaquias. Eles foram meu porto seguro, que vibraram comigo durante esses anos, que me apoiaram desde o início e com quem compartilhei todas as alegrias e frustrações.

Gostaria de agradecer a minha namorada Beatriz Almenteiro. No ano de 2017 a conheci e, apesar de não ter sido um namoro em que estávamos sempre presente um ao lado do outro devido a distância e as dificuldades da formação, valeu e vale muito a pena ter você comigo. Obrigado pelo apoio, pela dedicação ao nosso relacionamento, pelas alegrias que você me proporcionou. Agradeço Deus pela sua vida. Eu te amo.

Alguns dos apoios internos que tive foi da Associação de cadetes evangélicos (ACE). Responsável pelas atividades evangélicas dentro da AMAN, a ACE foi um local onde encontrei apoio de outros cadetes, calmava em momentos de dificuldades e onde pude aprender mais sobre Deus. Meu muito obrigado a essa associação.

Diversas outras pessoas me ajudaram durante a caminhada e aqui gostaria de também registrar meu agradecimento. Agradeço Pe Marcelo Lessa que me incentivou quando ainda estava no ensino fundamental por meio do projeto socioeducativo colibri na Base Aérea dos Afonsos (BAAF) a estudar e a me dedicar aos estudos. Aos professores Edney Dantas e Rodrigo Trevisano da Unidade Integrada Garriga de Menezes que me auxiliaram durante todo o ensino médio.

Uma nova etapa inicia-se. Seremos espalhados pelos diversos rincões de nosso Brasil nas várias organizações militares do Exército Brasileiro. Novos desafios e obstáculos nos esperam mas temos a certeza de que tivemos uma excelente formação e que seremos muito felizes.

RESUMO

A INFLUÊNCIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA VIDA POLÍTICA NACIONAL E SEU PAPEL NA REDEMOCRATIZAÇÃO (1889 – 1945)

AUTOR: Raphael Rangel Gonçalves Malaquias

ORIENTADOR: Luciano Velôzo Gomes Pedrosa

O presente trabalho versa sobre a participação e influência do Exército Brasileiro na política nacional no período compreendido entre a Proclamação da República em 1889 e a deposição de Getúlio Vargas em 1945, além de expor alguns motivos que levaram ao rompimento do relacionamento entre os militares e Vargas, resultando em sua deposição. Nos últimos anos e principalmente durante o início do atual governo do presidente Jair Bolsonaro, muito se discutiu sobre a participação dos militares na política, haja vista que para várias funções de Estado foram nomeados militares. A participação do Exército na política não é recente e ocorre desde sua criação na batalha de Guararapes, quando defendeu o território brasileiro das invasões holandesas durante o século XVII. Dentre as participações do Exército Brasileiro, podemos citar sua participação na Proclamação da República, na Primeira Guerra Mundial, nas ações como os movimentos tenentistas, nos diversos momentos em que as Escolas Militares foram fechadas, no apoio do Exército à Revolução de 1930 e de 1932, por meio do envio de tropas em apoio aos aliados durante a Segunda Guerra Mundial e com a deposição de Getúlio Vargas em 1945. No cenário atual o Exército tem se pautado em três pilares básicos: estabilidade, legalidade e legitimidade. Por meio deles o Exército tem pautado sua conduta nas diversas missões desempenhadas no território nacional e fora dele. Esta investigação analisou parte da documentação produzida pelo Exército e também pelo meio acadêmico civil. O estudo aponta que o Exército Brasileiro foi um importante ator na política nacional e um dos responsáveis pela manutenção da democracia nos anos de 1945.

Palavras-chaves: Exército Brasileiro. Influência. Getúlio Vargas. Redemocratização. Política

ABSTRACT

THE INFLUENCE OF THE BRASILIAN ARMY IN THE NACIONAL POLITIC SCENARIO AND YOUR ROLE IN THE REDEMOCRATIZATION (1889 – 1945)

AUTHOR: Raphael Rangel Gonçalves Malaquias

ADVISOR: Luciano Velôzo Gomes Pedrosa

The present work discuss about the participation and influence of the Brazilian Army in the national politics in the period between the proclamation of the republic in 1889 and the deposition of Getúlio Vargas em 1945, besides discussing some motivations that leads to the disruption between Vargas and the military forces, resulting his deposition. In the past few years, mostly during the beginning of Jair Bolsonaro' s mandate, a lot have been discussed about the militaries participation in the national politics, considering that many positions in the government was held by them. The involvement of the Army in the government issues is not recent and happens since your genesis in Guararapes battle, when brave brazilian men defended the national territory from the Dutch invasions during the XVII century. We can see the Army supporting role in national politics, in the end of the monarchy, the tenentist movements, in the many moments when military institutes were closed, during the Army support in the 1930 and 1932 revolutions, in 1940 when men were sent to the second world war, and we can also see it in the deposition of Getúlio Vargas in 1945. Looking at the actual scenario the Brazilian Army has been ruled by three main thoughts: stability, legality and legitimacy. Using this ideas, the Army has been ruling it's conduct in missions inside and outside the country. This investigation analyzed part of the documentation produced by the Brazilian Army and also by academics civil research. This work shows that the Brazilian Army was an important factor in the national politic an one of the responsible for keeping democracy in the late forties.

Keywords: Brazilian Army. Influence. Getúlio Vargas. Redemocratization. Politics

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1 - Revoltosos em marcha pela Avenida Atlântica indo ao encontro das forças legalistas, 1922. RJ..... | 20 |
| Figura 2 – Escola Militar da Praia Vermelha..... | 21 |
| Figura 3 – Formatura da Turma de Aspirantes de 1932 na Escola Militar do Realengo..... | 23 |
| Figura 4 – Academia Militar das Agulhas Negras..... | 24 |
| Figura 5 – Desfile de retorno da Força Expedicionária Brasileira (FEB) | 29 |
| Figura 6 – Comemoração do 1º de Maio no Campo do Vasco da Gama, Rio de Janeiro, 1942...31 | |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|----|
| Gráfico 1 – Despesas do Ministério da Guerra (% da despesa total do governo) de 1861 a 1879..... | 16 |
| Gráfico 2 – Despesas do Ministério da Guerra (% da despesa total do governo) de 1880 a 1897..... | 16 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|----------|---|
| ACE | Associação de Cadetes Evangélicos |
| AMAN | Academia Militar das Agulhas Negras |
| BAAF | Base Aérea dos Afonsos |
| BIBLEx | Biblioteca do Exército |
| CPDOC | Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil |
| EB | Exército Brasileiro |
| ECEME | Escola de Comando e Estado-Maior do Exército |
| FEB | Força Expedicionária Brasileira |
| Gen | General |
| GLO | Garantia da Lei e da Ordem |
| MINUSTAH | Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| PCB | Partido Comunista do Brasil |
| PSD | Partido Social Democrático |
| PTB | Partido Trabalhista Brasileiro |
| RDE | Regulamento Disciplinar do Exército |
| RISG | Regulamento Interno de Serviços Gerais |
| STF | Supremo Tribunal Federal |
| UDN | União Democrática Nacional |
| % | Percentual |

SUMÁRIO

| | | |
|----------|--|----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 11 |
| 1.1 | OBJETIVO..... | 13 |
| 1.1.1 | Objetivo geral | 13 |
| 1.1.2 | Objetivos específicos | 14 |
| 2 | REFERENCIAL TEÓRICO | 15 |
| 2.1 | O EXÉRCITO E O FIM DA MONARQUIA | 15 |
| 2.2 | O EXÉRCITO NOS PRIMEIROS ANOS DA REPÚBLICA | 17 |
| 2.2.1 | O recrutamento militar..... | 17 |
| 2.2.2 | O Tenentismo..... | 18 |
| 2.2.3 | As escolas militares | 21 |
| 2.3 | AS DIFERENTES CONCEPÇÕES DO PAPEL DO EXÉRCITO NA REPÚBLICA..... | 24 |
| 2.4 | A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL E SEUS REFLEXOS NO EXÉRCITO BRASILEIRO . | 25 |
| 2.5 | A EVOLUÇÃO DO EXÉRCITO NA PRIMEIRA REPÚBLICA..... | 26 |
| 2.6 | O EXÉRCITO (1930-1945) | 27 |
| 2.7 | A DESMOBILIZAÇÃO DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA (FEB) | 28 |
| 2.8 | O PAPEL NA REDEMOCRATIZAÇÃO | 30 |
| 3 | REFERENCIAL METODOLÓGICO | 34 |
| 3.1 | TIPO DE PESQUISA..... | 34 |
| 3.2 | MÉTODOS | 34 |
| 3.2.1 | Seleção de documentos..... | 34 |
| 3.2.2 | Análise dos documentos..... | 35 |
| 4 | CONCLUSÃO | 35 |
| | REFERÊNCIAS | 39 |

1 INTRODUÇÃO

O século XX foi um período onde ocorreram diversas mudanças no cenário internacional que refletiram diretamente no andamento político de nosso país. Acontecimentos como a Primeira e Segunda Guerras Mundiais, o colapso da bolsa nova-iorquina gerando a crise de 1929 e a Guerra Fria alteraram os rumos da política interna. Nesse contexto, surgiram diversos atores que influenciaram a política nacional buscando manter o país no caminho da democracia e da liberdade.

Dentre esses atores podemos destacar o Exército Brasileiro (EB). Desde sua criação, quando defendeu o território das invasões holandesas em 1649, o Exército esteve presente em momentos significativos da historiografia nacional como na manutenção do território brasileiro por meio contenção de movimentos separatistas no século XVIII, na Guerra da Tríplice Aliança impedindo o avanço Paraguaio sobre o território brasileiro, na Proclamação da República em 1889, na deposição do presidente Getúlio Vargas em 1945, nos governos militares em 1964, nas missões de paz sob a égide da ONU (Organização das Nações Unidas) como a MINUSTAH (Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti) e atualmente cumprindo diversas missões de garantia da lei e da ordem (GLO) e de integração das regiões mais afastadas do país.

Diversos fatores podem explicar o envolvimento do Exército Brasileiro na política nacional tanto no século passado como atualmente. Esses fatores serão estudados a fim de se entender como uma instituição que em sua concepção surge com a finalidade de defesa externa envolve-se com temas políticos e se torna o esteio da atual sociedade brasileira, possuindo juntamente com a Marinha do Brasil e a Força Aérea Brasileira um dos maiores índices de credibilidade no país, de acordo com uma pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) no ano de 2014.

De acordo com Carvalho (2019) a interferência das Forças Armadas na política “envolve uma questão histórica-sociológica. O fenômeno de Forças Armadas profissionais alheias ao mundo político, como grande mundo, como se dizia no exército francês, só existe em democracias liberais, quase todas no ocidente”. Porém, no Brasil, apesar de vivermos em um regime democrático desde 1985, as Forças Armadas não são isoladas do meio e dos debates político sendo, conforme afirma Carvalho (2019), usadas no que ele chama de “poder tutelar” do governo desde a década de 1930.

Diversas medidas ocorreram para tentar isolar os militares da política como o fechamento da Escola Militar da Praia Vermelha e a sua posterior transferência para o Realengo, a criação de documentos internos que restringiam a participação dos militares na política, como o Regulamento Disciplinar do Exército (RDE) e o Regulamento Interno de Serviço Gerais (RISG) e a transferência da Escola Militar do Realengo para a cidade de Resende-RJ, dando origem à Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).

Após o retorno da Segunda Guerra Mundial, conflito do qual o Exército saiu fortalecido tanto doutrinarmente como estruturalmente, a atuação do Força Terrestre na política não se modificou. Pautados nas ideias de democracia defendido nos campos de batalhas europeus, o Alto Comando do Exército posicionou-se contra a ditadura de Getúlio Vargas, pondo fim ao chamado “Estado Novo” que perdurava desde 1937. Vargas, um dos grandes responsáveis pela industrialização e modernização do Brasil, deixava o governo após 15 anos.

Nessa perspectiva é oportuno perguntar: o que levou o Exército Brasileiro a depor Getúlio Vargas? Como estava o cenário político interno? Quem foram os militares responsáveis por essas mudanças? Quais as medidas que o governo e o Exército adotaram para diminuir a influência militar na política, tanto das tropas que permaneceram no Brasil quanto da Força Expedicionária Brasileira (FEB)? Como se desenvolveu o relacionamento do Exército com a política?

Essa pesquisa justifica-se pela atualidade e relevância do tema para o Exército Brasileiro, principalmente pela conjuntura política atual, na qual, além do Presidente da República, diversos oficiais da reserva do Exército formados na AMAN ocupam cargos-chaves do poder executivo.

No meio civil muito se discutiu sobre se viveríamos uma nova intervenção militar no país. Por conseguinte, houve uma preocupação dos chefes militares em esclarecer que os militares do governo “trazem consigo, sem dúvidas, valores e práticas dos quartéis, mas não representam sua instituição” (CARVALHO, 2019, p. 18). Com a realização dessa pesquisa será esclarecida a relação dos militares com a política e como a postura do Exército influenciou o processo de redemocratização do país.

No meio acadêmico civil pouco se tem estudado sobre as Forças Armadas e seu papel na sociedade brasileira. Talvez pela aversão como consequência dos governos militares (1964-1985) ou por desconhecimento da vital importância das Forças Armadas para uma nação, tanto para a proteção quanto para o poder dissuasório.

O presente trabalho inicia-se por meio de uma ambientação do tema e apresentação da problemática da atuação das Forças Armadas na política nacional, além de expor os objetivos a serem atingidos com essa pesquisa. O segundo capítulo versa sobre a participação do Exército no período da Proclamação da República até a redemocratização em 1945. Por fim, temos o referencial metodológico onde buscou-se apresentar a metodologia utilizada para a pesquisa, a seleção e análise de documentos e a conclusão, abordando aspectos gerais da atuação do Exército Brasileiro na política nacional.

O referencial teórico deste trabalho tem por objetivo fazer uma análise do atuação e influência do Exército nas discursões e decisões políticas de nosso país. O primeiro tópico, “O Exército e o fim da monarquia”, explica como se deu a atuação do Exército no movimento que pôs fim ao império e os motivos que levaram à Força a adotar uma postura contrária àquela forma de governo. O segundo versa sobre o Exército nos primeiros anos da República, abordando temas tais como o tipo de recrutamento realizado naquele período, as escolas militares e o Movimento Tenentista, buscando entender como a composição social das fileiras do EB influenciaram diretamente sua postura nos primeiros anos da República.

O terceiro tópico trata sobre as diferentes concepções do papel do Exército na República. Já o quarto capítulo versa sobre a influência da Primeira Guerra Mundial para a Força Terrestre e suas consequências para o Exército.

Apesar de o período temporal compreendido entre a Proclamação da República e a Revolução de 30 ser breve, estudaremos no quinto tópico a evolução do Exército na primeira república e no sexto a evolução e papel desempenhado pelo EB durante a Era Vargas (1930-1945). O sétimo trata sobre a desmobilização da Força Expedicionária Brasileira e seu retorno ao Brasil. Por fim, no oitavo e último tópico estudaremos a redemocratização do Brasil e o papel do Exército nesse acontecimento histórico.

1.1 OBJETIVO

1.1.1 Objetivo geral

Esse trabalho tem por objetivo apresentar o papel desempenhado pelo Exército na política desde o início da República culminando com a deposição de Vargas, os fatores políticos e sociais que influenciaram na postura do Exército frente a política nacional, as medidas tomadas pelo governo e pelo Exército para diminuir a influência dos militares nas discursões

políticas, as ações de Vargas frente aos pracinhas recém chegados da Itália e a ação do Alto Comando do Exército na deposição de Vargas.

1.1.2 Objetivos específicos

A pesquisa tem por objetivos:

Descrever o pensamento militar no início da República e as correntes de pensamento dentro do Exército;

Apresentar as intervenções do Exército na política do início da República até a deposição de Getúlio Vargas em 1945;

Apresentar as ações tomadas pelo governo para diminuir a interferência militar na política;

Apresentar o governo de Vargas, desde a Revolução de 1930 até o fim do Estado Novo em 1945;

Analisar a situação da FEB após o retorno da guerra; e

Apresentar os motivos que levaram o Alto Comando do Exército a depor Getúlio Vargas e os militares envolvidos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O EXÉRCITO E O FIM DA MONARQUIA

O Exército, juntamente com grupos intelectuais e políticos, foi um dos atores do movimento que pôs fim à monarquia. De acordo com o que relata Santos (1930), Aristides Lobo, primeiro ministro da Justiça do governo revolucionário, escreveu o seguinte relato numa crônica para o Diário Popular de São Paulo: "O facto foi delles (dos militares), delles só, porque a collaboração do elemento civil foi quase nulla. O povo assistiu aquilío bestilizado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava". Dessa forma, notamos que a sociedade civil não participou efetivamente da instauração da República mas sim, ignorou a mudança de regime (NEVES; MACHADO, 1999).

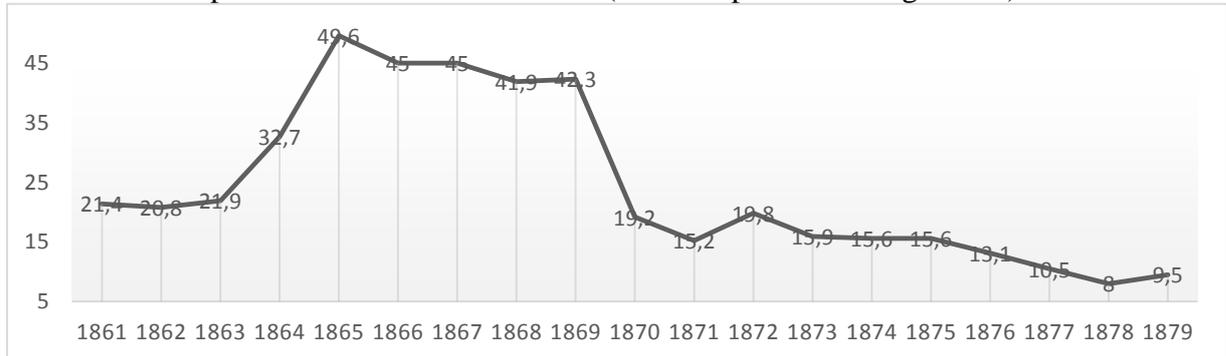
Um dos fatores que desencadeou a Proclamação da República foi o descontentamento dos militares com a política vigente naquele período, o que os historiadores denominam de "Questão Militar". Nesse trecho do livro "Deodoro: subsídios para a história" de Ernesto Sena, vemos um relato, de onde podemos analisar a política da monarquia desfavorável ao Exército:

O tenente Bandeira mostrando-se indignado contra a má vontade do governo, com relação ao Exército, declarou ao general que não havia mais dúvida sobre o plano do Governo: aumentava a polícia da Corte, e a da Província do Rio, criava guarda cívica, arregimentava a Guarda Nacional, armava todas estas forças à Comblain, e dava-lhes instruções que não se pode dar ao Exército. Nessa mesma ocasião fazia retirar da Corte, com precipitação, grande parte da tropa de linha, sendo de presumir que brevemente seria a guarnição do Exército dispensada do serviço, a pretexto de precisar de descanso, substituindo-a nesse serviço a Guarda Nacional; que logo depois reconhecia, por conseguinte, a desnecessidade dos 13.500 homens, o Governo reduziria o Exército à metade, porque mesmo aliviaria a despesa que inutilmente acarretava aos cofres públicos no tempo de paz. Nesta ocasião o general, tomado de viva indignação ergueu-se no leito, como que esquecido da sua enfermidade e fazendo grande esforço, exclamou no meio de uma explosão de cólera: "Não! Não permitirei nisto! Voltará o 31!" "Irei ao parlamento responsabilizar o Governo pela falta de patriotismo que se revela em semelhantes atos! Assestarei a artilharia, levarei os sete ministros à praça pública e me entregarei depois ao povo para julgar-me!". (SENA, 1999, p. 39).

Outros motivos também geraram um descontentamento dos militares em relação a Monarquia. Samuel Huntington em seu livro "*The Soldier and the State*" nos traz o conceito da Política de Erradicação. De acordo com Huntington, essa política baseia-se na premissa de que forças militares numerosas e permanentes são uma ameaça à liberdade, à democracia, à prosperidade econômica e à paz. Coelho (1976) relaciona essa política à postura da monarquia perante o Exército e afirma que ela foi um dos motivos para a insatisfação das organizações

militares com a monarquia e com a elite política daquele período. A diminuição dos efetivos, dos recursos destinados à Força conforme demonstrado o gráfico I e II, a criação da Guarda Nacional, as aspirações políticas de confinar o Exército em fronteiras distantes e de guarnições da costa, dentre outras medidas foram alguns dos motivos que levaram a insatisfação dos líderes do Exército. No gráficos podemos perceber a redução do percentual investido nas Forças Armadas após o ano de 1870, ano que marca o fim da Guerra da Tríplice Aliança.

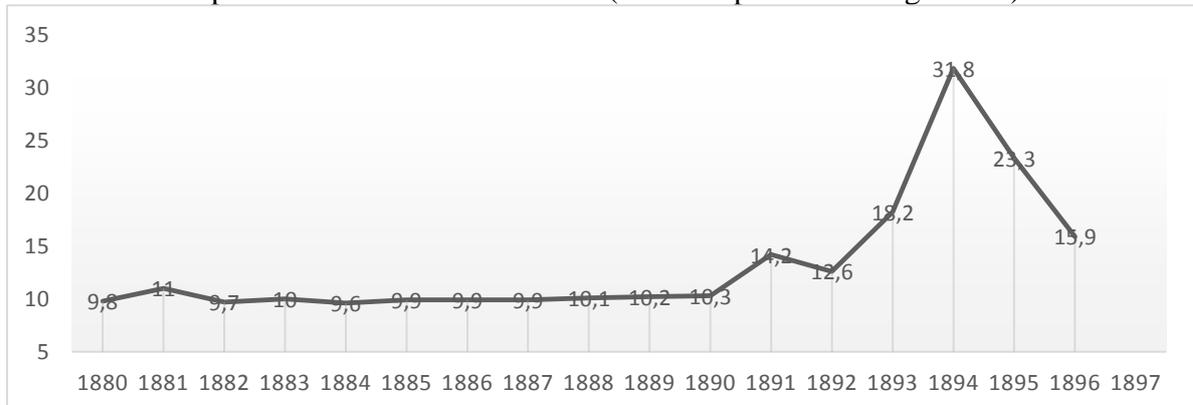
Gráfico 1 – Despesas do Ministério da Guerra (% da despesa total do governo) de 1861 a 1879



Fonte: Ministério da Agricultura, indústria e Comércio, Diretoria do Serviço de Estatística. Finanças da União e dos Estados: 1822—1913 (Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1914)

Observamos que no final do Segundo Reinado as verbas destinadas às Forças Armadas atingiram índices próximos aos 9% das despesas do governo, contribuindo também para a insatisfação do Exército Brasileiro com a monarquia.

Gráfico 2 – Despesas do Ministério da Guerra (% da despesa total do governo) de 1880 a 1897



Fonte: Ministério da Agricultura, indústria e Comércio, Diretoria do Serviço de Estatística. Finanças da União e dos Estados: 1822—1913 (Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1914)

Proclamada a república, Marechal Deodoro da Fonseca assumiu o governo provisório no período de 1889 a 1891, sendo eleito presidente constitucional em 1891. O papel do Exército nesse período foi de interferência direta na política visto que a Força Terrestre estava diretamente assumindo a presidência da República. De acordo com Coelho (1999):

A mudança política significou para o Exército o rompimento dos vínculos primários que o ligava à sociedade civil numa relação de dependência absoluta”. Agora cabia ao Exército Brasileiro conduzir a nação nos primeiros passos para a implantação da República, organizar a nova estrutura administrativa do Brasil e gerenciar a administração interna da Força (COELHO, 1999, p. 65).

2.2 O EXÉRCITO NOS PRIMEIROS ANOS DA REPÚBLICA

A República da Espada, como é denominado pelos historiadores o período compreendido entre os anos de 1889 até a Revolução de 1930, foi uma época de intensa manifestação política por parte do Exército. Diferentemente do período imperial, quando o Exército estava sob o comando de lideranças civis, um militar assumia a direção da nação brasileira.

Durante a monarquia, as lideranças civis impunham os efetivos do Exército para a incorporação, o orçamento anual, a distribuição das unidades no território nacional, dentre outros aspectos estruturais da força. A participação política das Forças Armadas era menor e se dava por artigos publicados pelo Clube Militar e declarações de oficiais. Com a assunção do Marechal Deodoro da Fonseca mudou-se o panorama.

Proclamada a República, o Exército passou a ocupar postos-chaves em sua própria administração, deixando de lado as opiniões e interferências de autoridades civis acerca do rumo da Força.

2.2.1 O recrutamento militar

O recrutamento é a convocação de cidadãos que atingem determinada idade prevista por lei para a prestação do serviço militar obrigatório. O tipo de alistamento adotado foi um fator que influenciou a postura das fileiras do Exército no período inicial da República.

Analisando a composição de oficiais durante a monarquia, observamos que o oficialato era formado por três segmentos: o primeiro eram os oficiais portugueses que aderiram a causa nacional quando proclamada a independência, o segundo alguns militares oriundos da nobreza civil e o terceiro por filhos de militares. Dessa forma, o oficialato era, em sua maioria, leal ao governo e não possuía reivindicações de caráter social.

Podemos observar a família de Dona Rosa da Fonseca, patrona da família militar do Exército Brasileiro. Nascida em 1802, teve dez filhos dos quais se destacam o Marechal Deodoro da Fonseca, primeiro presidente da República e o General de Brigada João Severiano da Fonseca, patrono do Serviço de Saúde, além de seu neto o Marechal Hermes da Fonseca, oitavo presidente da República. Todos esses oficiais com exceção de Hermes da Fonseca, já estavam inseridos no sistema monárquico, além de fazerem parte da elite social daquele período. Assim como eles, muitos outros oficiais se encaixavam nessa mesmo perfil social. Portanto, não haviam insatisfações por parte das lideranças do Exército com a monarquia, mas sim uma insatisfação quanto as políticas do governo desfavoráveis à Força, principalmente após o fim da Guerra da Tríplice Aliança e com o surgimento da “Questão Militar”, porém as manifestações não se excediam para fora das unidades militares.

A composição do oficialato alterou-se com a República. Nesse período a seleção de oficiais passou a ser feito dentro da própria organização e entre os grupos sociais com renda mais baixas, introduzindo incentivos externos para seu envolvimento em lutas políticas de caráter contestatório (CARVALHO, 2019, p. 35). Não possuindo ligação com as elites civis nem militares, esses oficiais pertencentes as classes mais baixas da sociedade foram influenciados por correntes de pensamento como dando origens a alguns movimentos sociais dentro da Força.

2.2.2 O Tenentismo

O Tenentismo foi um movimento político-militar realizado por jovens oficiais brasileiros durante a década de 20, englobando movimento como os dois 5 de julho (1922 e 1924), a Coluna Prestes (1924 a 1927) e a Revolução de 30.

Esse grupo, composto por tenentes e capitães, encontrava-se insatisfeito com o sistema político brasileiro, sobretudo com as práticas do jogo político impostas pelas oligarquias que estava no poder, a chamada política do café com leite, que consistia no revezamento do poder

executivo entre as duas grandes economias brasileiras: São Paulo com a produção de café e Minas Gerais com a exportação de gado (BARROS, 2005).

Essa política gerava uma sobrecarga na economia nacional, visto que havia retenção de estoques de café para a manutenção dos preços, exigindo, desse modo, contínua emissão de moeda e a realização por parte do governo de empréstimos estrangeiros, aumentando a dívida externa brasileira (PINTO, 2018, p. 36).

Outro fator pode explicar o motivo do descontentamento dos tenentes e capitães com o governo.

Apesar da veemência com que estava sendo conduzida a campanha eleitoral pelos partidários extremados dos dois candidatos, as Forças Armadas se vinham mantendo ausentes de qualquer participação na mesma, até que um fato de extrema gravidade acabou por envolvê-lo nas suas intrigas. A nove de novembro de 1921, estampou o Correio da Manhã – um dos mais combativos órgãos da imprensa carioca –, em sua primeira página, uma carta duramente insultuosa à dignidade da oficialidade do Exército, e atribuída à autoria do Sr. Arthur Bernardes. (TÁVORA, 1973, p. 111)

Havia sido atribuída a Arthur Bernardes, então candidato à Presidência da República, uma carta aonde ele insultava a oficialidade do Exército, chamado até mesmo Hermes da Fonseca de “sargentão sem postura”. Em março de 1922 foi confirmada a vitória de Arthur Bernardes. O Exército tentou por meio do Clube Militar impedir o reconhecimento da vitória junto ao Congresso Nacional mas não obteve sucesso. Dessa forma cria-se um conflito entre o Exército e o Presidente da República.

A insatisfação não se dava somente por fatores políticos mas também por fatores estruturais, visto que a situação das Forças Armadas era precária.

O movimento tenentista surgiu em consequência de que o ano de 1922, 1921/22, acentuou-se profundamente a crise econômica do primeiro pós-guerra. Porque a guerra terminou em 1918, mas a crise econômica se torna mais sentida aqui no Brasil já no ano 1920, 1921/22. Então a oficialidade mais jovens do Exército, da Marinha – ainda não havia Aeronáutica – sentia as consequências dessa crise, os vencimentos eram relativamente baixos para a inflação, para o nível que já atingiam os preços. Havia um outro descontentamento no meio da jovem oficialidade. Os melhores alunos da Escola Militar tinham estudado já alguma coisa da experiência da Primeira Guerra Mundial e das mudanças na técnica, são novidades que a guerra trouxe para a técnica militar: o tanque, o avião, a metralhadora pesada de rapidez de tiro muito maior. Contudo, os oficiais terminavam a Escola Militar, chegavam aos quartéis e não tinham nada disso. Tinham uma decepção tremenda porque nos quartéis só havia o fuzil Mauser de 1908. Nem fuzil metralhadora não havia. Por isso havia também descontentamento. (PRESTES apud BARROS, 2005, p.9)

Sobre o Tenentismo, Filho (1996, p. 20) ainda acrescenta: “Tal movimento, apesar de constituir-se num ato flagrante da quebra da disciplina militar, representaria um período de grande importância para a vida nacional, pois mostrava o inconformismo de parcela da estrutura militar contra a viciada política dominante”.

Esse descontentamento no meio das Forças Armadas aliada a crise político-social que o país passava gerou as revoltas por partes dos militares. Muitas delas não alcançaram os objetivos esperados em parte pela “convicção de muitos oficiais de que não cabia às Forças Armadas a realização de questionamentos políticos” (FILHO, 1996).

Figura 1 - Revoltosos em marcha pela Avenida Atlântica indo ao encontro das forças legalistas, 1922. RJ.



Fonte: CPDOC

A Revolução de 1930 foi o movimento mais exitoso dos chamados “tenentes”. Dois acontecimentos permitiram a realização dessa revolução. O primeiro foi a quebra da política do café com leite. O presidente Washington Luís deixou de indicar o candidato natural, o governador de Minas, Antônio Carlos Ribeiro de Andrade, apresentando à sua sucessão, Júlio Prestes de Albuquerque, governador do estado de São Paulo. O segundo fator foi a superprodução de café no ano de 1928 que, aliada à crise na bolsa de Nova Iorque em 1929, gerou uma grande desvalorização do café.

A vitória definitiva para os “tenentes”, que vinham lutando desde 1922, ocorreu através de decreto-lei nº 19.395 de Vargas, que concedeu anistia a todos os militares envolvidos em movimentos revolucionários ocorridos (FILHO, 1996). Além disso, Getúlio Vargas designou

diversos cargos públicos para os militares revolucionários, garantindo assim o apoio definitivo dos “tenentes” para o novo regime.

2.2.3 As escolas militares

Com a vinda da corte portuguesa para o Brasil em 1808, foi criada pelo príncipe-regente, por meio da carta de lei de 4 de dezembro de 1810, a Real Academia Militar no Rio de Janeiro (CABRAL, 2016). Essa instituição sofreu algumas mudanças de sede e de nome e em 1857, na praia vermelha, foi criada a Escola Militar da Praia Vermelha. É importante estudar esse estabelecimento de ensino pois ele monopolizou todos os ensinamentos militares superiores a partir do ano de 1874. Além disso, ocorreram nessa escola episódios que demonstraram o grande envolvimento político do Exército naquele período da história do Brasil.

Figura 2 – Escola Militar da Praia Vermelha



Fonte: https://abrilvejario.files.wordpress.com/2018/01/acervo-firjan_divulgac3a7c3a3o.jpg?quality=70&strip=info&crop=0px%2C53px%2C1500px%2C1021px&resize=680,453

Separada da Escola Central, a Escola Militar da Praia Vermelha continuou a dar ênfase ao ensino das ciências e da engenharia, concedendo o título de bacharel aos alunos que completassem os cinco anos de estudo (CARVALHO, 2019, p. 190).

Em paralelo com as ciências militares, os alunos desenvolviam “intensas atividades extracurriculares em sociedades, clubes e revistas literárias” que “tinham muitas vezes pouco a ver com a arte da guerra” (CARVALHO, 2019, p. 190). Muitos artigos produzidos eram de caráter literário, filosófico e científico. A escola estava se transformando em um verdadeiro

“tabernáculo da ciência”, apelido dados pelos próprios alunos da escola. O interesse dos alunos pelas artes e pela filosofia era grande. “As correntes mais populares eram o positivismo e evolucionismo, com seus respectivos gurus, o francês Auguste Comte, os britânicos Charles Darwin e Herbert Spencer e o alemão Ernest Haeckel” (CARVALHO, 2019, p. 191).

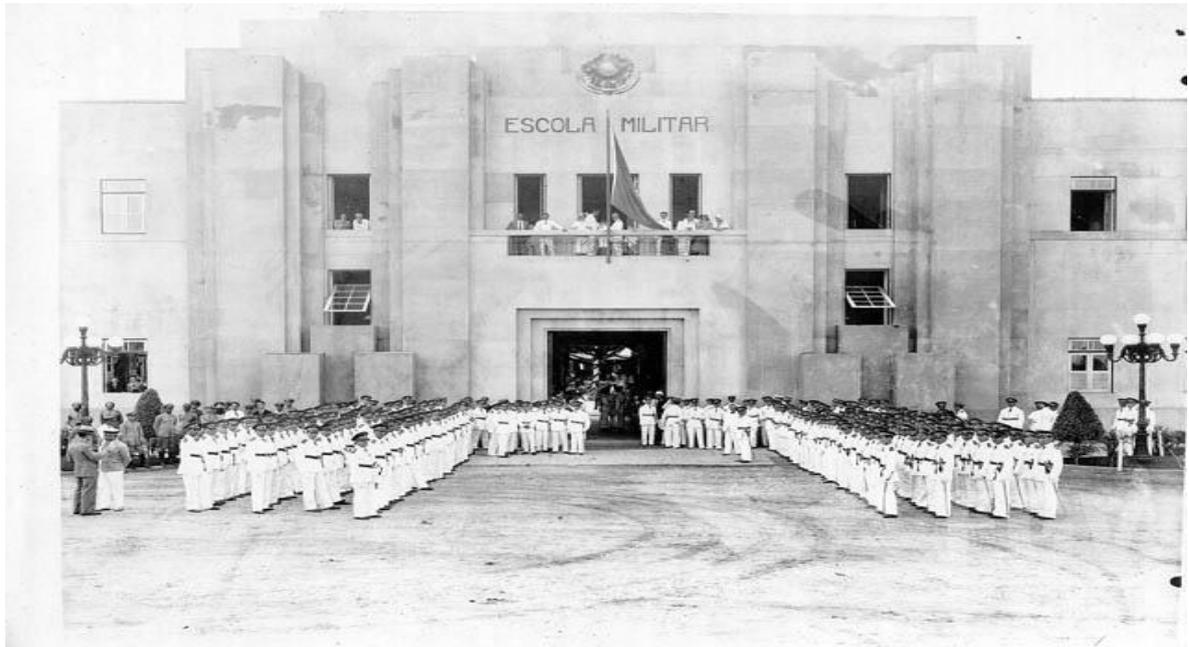
A Escola Militar da Praia Vermelha tornou-se “bastião de defesa dos ideais republicanos no interior do Exército, apoiando as posições políticas de Benjamin Constant, nomeado primeiro ministro da Guerra da República e, após a morte deste, o governo de Floriano Peixoto” (CASTRO, 2019). Muitos artigos foram publicados pela “mocidade militar” defendendo essas causas como em 1887, quando os alunos publicaram um artigo de Rui Barbosa defendendo as causas abolicionistas e aplaudindo a adesão do Exército à causa da libertação dos escravos (CARVALHO, 2019, p. 92).

Tamanho era o envolvimento político dos alunos que a escola foi fechada em 1904, após os alunos terem participado da Revolta da Vacina e terem apoiado a tentativa de golpe contra o presidente Rodrigues Alves.

Com o fechamento da Escola Militar da Praia Vermelha houve a necessidade de se buscar um novo local para a formação dos oficiais do Exército Brasileiro, criando-se, assim, a Escola Militar do Realengo. Fundada em 1911, num então distante subúrbio do Rio de Janeiro, a escola visava atender às demandas expressas nas sucessivas reformas do ensino militar. Essas reformas tinham por objetivo formar novos oficiais que não fossem politicamente engajados como seus antecessores formados na Escola Militar da Praia Vermelha, que tiveram intensa participação no advento da República e na Revolta da Vacina (SVARTMAN, 2010).

Para essa nova escola foi enviada a “missão indígena”, um grupo de jovens instrutores que possuía uma nova mentalidade, que permitiu uma renovação e uma tônica de objetividade nas instruções, os chamados Jovens Turcos (CARVALHO, 2019, p 50). “A maior preocupação profissional e o relativo isolamento físico da nova escola afetaram o comportamento político dos alunos” (CARVALHO, 2019). Apesar da mudança de localização, os oficiais formados na Escola militar do Realengo não se mostraram menos dispostos à luta política. A Escola Militar do Realengo ficou conhecida também como “Escola dos Tenentes” por ser ela a instituição onde foram formados os militares que participaram das revoltas do Movimento Tenentista e da Revolução de 1930.

Figura 3 – Formatura da Turma de Aspirantes de 1932 na Escola Militar de Realengo



Fonte: CPDOC

Trinta e três anos após a criação da Escola Militar do Realengo, cria-se a Escola militar de Resende, atual Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Com um Exército cada vez mais profissional e focado nas necessidades e demandas do país, a transferência para a cidade de Resende foi pensada já anos antes pelo Marechal José Pessôa, com o objetivo de isolar a “mocidade militar” das agitações políticas do Rio de Janeiro, antiga capital federal.

Durante os estudos para se definir o local da construção da nova escola, o Marechal José Pessôa estabeleceu fatores básicos como a natureza fisiográfica, social, política e militar do local. O clima deveria ser ameno e próximo a curso d’água para a realização de exercícios militares, não poderia ser afastado do eixo Rio-São Paulo, a escola deveria estar localizada numa área com espaço suficiente e com terrenos variados e situada fora dos centros de polarização política (CÂMARA, 1985). Outros fatores foram levados em consideração como o valor militar da região, próximo ao Estado de Minas Gerais e eixada com Rio-São Paulo. A “Pequena Cruzada”, como era chamada a comissão responsável pelos estudos iniciais da nova escola, avaliou que Resende atendia a todas essas prerrogativas e definiu-se que a escola seria construída no sopé do maciço das Agulhas Negras.

Analisando pelo viés político, é interessante notar o apoio de Getúlio Vargas para a criação da nova academia. Vargas já previa uma possível interferência dos militares em seu

governo ditatorial e assim buscou apoiar a construção da nova academia e isolar os militares da política.

Figura 4 – Academia Militar das Agulhas Negras



<https://www.flickr.com/photos/amanoficial/49825466043/in/album-72157714063710891/>

2.3 AS DIFERENTES CONCEPÇÕES DO PAPEL DO EXÉRCITO NA REPÚBLICA

Muitas figuras políticas e militares tentaram no início da República definir qual seria o papel do Exército na sociedade brasileira. Tendo em vista as transformações políticas do período e a relativa paz externa, muito se discutia sobre a finalidade das Forças Armadas. José Murilo Carvalho em seu livro “Forças Armadas e política no Brasil” divide em três correntes de pensamento, quais sejam: soldado-cidadão, soldado profissional e soldado corporação.

A ideologia do soldado cidadão se traduz na ideia de que o militar seria um cidadão de segunda classe e que as Forças Armadas são parte integrante do povo e dessa forma, não se podia negar aos militares a participação na vida política do país. Diferentemente era a ideologia do soldado profissional. Defendida pelo Marechal Leitão de Carvalho, a função dos militares era a defesa externa e seu preparo para a mesma, permanecendo longe das discussões políticas (CARVALHO, 2019, p. 66). Para Leitão, não cabia aos militares o envolvimento político pois

esse envolvimento “divertia sua atenção e quebrava o princípio da disciplina” (CARVALHO, 2019). A criação do Regulamento Disciplinar do Exército (RDE) e do Regulamento para Instruções e Serviço Gerais (RISG) foram criados nesse período com o objetivo de “forçar os militares e se voltarem para atividades puramente militares” (CARVALHO, 2019).

Por último, a ideologia do soldado-corporação. Essa ideologia defendia que o Exército deveria agir como instituição, orientado pelo Estado-Maior. Um dos seus grandes defensores foi o General Bertoldo Klinger. Em um dos editoriais da revista do grupo “A Defesa Nacional”, do qual fazia parte, vinha escrito: “O Exército precisa estar aparelhado para a sua função conservadora e estabilizante dos elementos sociais em marcha e preparado para corrigir as perturbações internas, tão comuns na vida tumultuária das sociedades que se formam” (CARVALHO, 2019, p. 67).

A ideologia soldado-corporação parece ter sido a que influenciou o Exército a partir de 1930. É notório ver que as ações tomadas durante a era Vargas e até anos depois como em 64 foram ações comandadas pelo Estado-Maior, diferentemente das ocorridas anteriormente.

2.4 A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL E SEUS REFLEXOS NO EXÉRCITO BRASILEIRO

A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) foi um conflito sem precedentes na história da humanidade. Sua origem remonta aos conflitos de interesses entre as grandes potências europeias do início do século XX que, motivadas por expansão territorial e mercados consumidores através da partilha da África e Ásia, lutaram nos campos de batalhas da Europa em busca de seus objetivos. O Brasil entrou na guerra do lado aliado em 1917, após navios mercantes nacionais terem sido torpedeados pela Alemanha. Dessa forma, foi assinado o decreto nº 3.361, de 26 de outubro de 1917, que reconhecia o estado de guerra entre a Alemanha e o Brasil e estabelecia a colaboração do Brasil com os Aliados.

A participação do Brasil na guerra se deu por meio do envio de aviadores brasileiros, que serviriam em unidades britânicas e francesas, de apoio médico, fornecimento de alimentos e matérias-primas. O Brasil ficaria responsável pelo patrulhamento do Atlântico Sul com a Divisão Naval em Operações de Guerra a fim de diminuir os encargos de Marinhas de nações aliadas, além de auxiliar o transporte marítimo e enviar observadores militares.

Pela análise do cenário internacional, constatou-se que a guerra tornara-se global e que era essencial a preparação de todos os setores da sociedade inclusive do Exército Brasileiro. Nessa perspectiva decidiu-se pela contratação de uma Missão Militar de qualquer nacionalidade que trouxesse o conhecimento e o domínio desses avanços tecnológicos da guerra. Essa medida tornou-se prática corrente em países menos desenvolvidos que buscavam a modernização de seus exércitos. Sobre isso, Nascimento acrescenta:

No início do século XX a matriz militar só poderia vir de duas fontes: a Alemanha ou a França. Ambos os países possuíam uma forte tradição militar e as maiores indústrias de material bélico do mundo. Embora tenha sido a Inglaterra a precursora da revolução industrial sua condição geográfica fez com que os investimentos militares fossem utilizados muito mais em favor da consolidação de uma marinha de guerra do que na criação de um exército terrestre forte (NASCIMENTO apud NUNES 2010, p.40).

Com a derrota alemã na Primeira Guerra Mundial, o governo brasileiro optou por contratar uma Missão Militar Francesa. Contudo, essa decisão não foi fácil, já que o Exército naquele momento era baseado na doutrina alemã trazida pelos jovens turcos. Hayes (apud SILVA, 2012, p. 67) afirma que a crise foi de certa solucionada, deixando-se a instrução básica na Escola Militar a cargo da Missão Indígena, enquanto a Missão Militar Francesa ficou encarregada dos cursos de Aperfeiçoamento de Oficiais, de Estado-Maior e de Revisão de Estado-Maior.

2.5 A EVOLUÇÃO DO EXÉRCITO NA PRIMEIRA REPÚBLICA

O período da primeira República foi marcado pela intensa participação do Exército na política e pela tentativa do Exército de achar seu papel na sociedade. Houve grandes mudanças como o crescimento dos efetivos, a distribuição estratégica no território nacional, o treinamento mais profissional, a melhor estrutura interna, dentre outras que permitiram o amadurecimento da Força. Um ponto importante era que “o fortalecimento interno das Forças Armadas exigia o fim de movimentos intervencionistas isolados e destruidores da hierarquia” (CARVALHO, 2019, p. 91). Dessa forma, o Exército intervinha cada vez menos de forma isolada na política e se colocava cada vez mais como uma força nacional.

2.6 O EXÉRCITO (1930-1945)

O Exército nesse período exerceu um papel importante para o desenvolvimento do Brasil buscando restaurar vigor do Estado para gerar a indústria básica (FAORO, 2012). Conforme salientou o General Tasso Fragoso no discurso de posse do presidente Getúlio Vargas, o apoio do Exército na Revolução de 1930 deu-se para evitar uma guerra civil no país com derramamento de sangue brasileiro (PINTO, 2018, p. 40).

O alinhamento da cúpula militar com o Presidente da República foi um ponto-chave para a modernização do Exército tanto na organização e equipamento quanto na concepção de seu papel social. Fatores como a interrupção do crescimento das polícias militares por parte do Ministério da Guerra, a proibição de as polícias utilizarem armas pesadas, o que tornava incontestável a superioridade das Forças Armadas, o crescimento dos recursos destinados às Forças Armadas e as exigências físicas e intelectuais para o ingresso nas escolas militares contribuíram sobremodo para dar um caráter mais profissional e para o afastamento político (CARVALHO, 2019). Além disso, foram criados e desenvolvidos mecanismos destinados a “homogeneizar ideologicamente o oficialato e imunizá-lo contra doutrinas consideradas corrosivas tanto da corporação como da nacionalidade” (CARVALHO, 2019).

Outro ponto importante foi a renovação da cúpula militar, através da exoneração de generais com pensamentos políticos divergentes e a liderança dos Generais Góes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra, que juntos alternavam o comando do Ministério da Guerra e do Estado-Maior do Exército (CARVALHO, 2019).

Todas essas mudanças contribuíram para o desenvolvimento de uma política militar coerente e consistente (COELHO, 1976).

Na parte referente a organização especificamente a política se traduziu um grande esforço de renovação e aperfeiçoamento militar [...] foram reformuladas todas as leis básicas do Exército, foram construídas escolas e quartéis, foram organizados vários corpos, impulsionou-se o plano de reequipamento e armamento graças a compras no exterior e ao incentivo a indústria bélica nacional. (CARVALHO, 2019).

Diferentemente das épocas anteriores, poucos foram os momentos em que o Exército interveio na política nacional nesse período. A preocupação das Forças Armadas se voltou para a segurança externa e assuntos internos de administração da Força, procurando modernizar e equipar seus efetivos. Nos anos de 1932, 1933 e 1935 houve algumas crises tanto no governo

quanto no Exército. Para solucionar essas questões optou-se por expurgar ou punir generais que se opunham a Vargas e promover rapidamente aqueles que se alinharam com o novo regime.

Dentre as políticas de Vargas para consolidar seu regime destaca-se o grande aumento de recursos para as Forças Armadas. Carvalho (2019) assinala que o “grande aumento de recursos para as Forças Armadas no início do Estado Novo é um precioso indicador do tipo de acordo estabelecido entre Vargas e os militares para a sustentação do regime”.

A atuação do Exército Brasileiro foi essencial para a manutenção de Vargas no poder

O Exército ocupava, nesse período, importante participação na política do País, sendo o principal fiador tanto da ordem social, quanto da política instaurada pelo Estado Novo. A manutenção de Vargas no poder só era possível com o apoio da Instituição [...] Os destinos políticos que o Brasil iria atravessar a partir da década de 1940 seriam influenciados decisivamente pela atuação do Exército, por intermédio de seus principais chefes militares (PINTO, 2018, p.55).

2.7 A DESMOBILIZAÇÃO DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA (FEB)

A Segunda Guerra Mundial foi um conflito global ocorrido entre os anos de 1939 e 1945, iniciando-se após a invasão das tropas alemãs na Polônia. Caracterizou-se por ser um conflito em estado de guerra total, no qual todos os recursos dos países envolvidos são destinados à guerra. O Brasil, principalmente por ser um grande exportador de matérias primas para as nações industrializadas em ambos os lados do conflito, manteve uma postura inicialmente neutra diante do conflito, buscando resguardar a integridade e a soberania nacional (PINTO, 2018, p. 56).

A Força Expedicionária Brasileira foi uma resposta do governo brasileiro tanto em apoio aos Aliados quanto uma postura firme contra os constantes ataques de submarinos à navios brasileiros. Em nove de Agosto de 1943 foi determinada a organização da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária, comandada pelo então General João Batista Mascarenhas de Moraes e que junto com outros elementos de apoio e serviço, somou um total de 25.445 homens (ALMEIDA, 2015, p. 80).

“Em julho de 1944, o primeiro contingente de pracinhas foi enviado à Itália, consolidando o alinhamento brasileiro às pretensões antifascistas.” (PINTO, 2018, p. 60). Dentre os diversos embates travados no teatro de operações europeu, a FEB destacou-se nas batalhas de “Monte Castelo”, “Castelnuovo” e “Montese”, sendo a atuação mais exitosa em solo italiano durante a investida sobre “Collechio-Fornovo”, acarretando na rendição da 148ª Divisão de Infantaria Alemã.

Os pracinhas, como foram carinhosamente chamados os combatentes da FEB pelo povo brasileiro, combateram em um teatro de operações muito diferente do que estavam acostumados em sua terra natal. Longe de casa, tendo que aprender os conhecimentos e se adaptar a equipamentos militares americanos, a Força Expedicionária Brasileira lutou de maneira honrosa, dignificando o Brasil. Nas palavras do Coronel Carlos Fernando F. De Almeida, a FEB “cumpru o seu dever” (ALMEIDA, 2015, p. 153).

Ao regressar ao Brasil, foi recebida com grande euforia pela população.

A recepção dos expedicionários, de volta ao Brasil, foi um acontecimento estrondoso, empolgante e colossal. Apoderou-se, irresistivelmente, das atenções de todos os brasileiros. (...) O Exército, que permaneceu no Brasil, alinhou-se, formando cordões de isolamento, ao longo das avenidas, para conter o povo, em suas manifestações, diante dos heróis que desfilavam ao desembarcar. (SOARES, 1958, p. 334).

Figura 5 – Desfile de retorno da Força Expedicionária Brasileira (FEB)



Fonte: <https://www.forte.jor.br/2018/05/08/8-de-maio-dia-da-vitoria/>

Apesar da boa recepção por parte da população, foi com preocupação que o então Presidente da República Getúlio Vargas recebeu os pracinhas. Ditador desde o golpe de 1937, Vargas entendia que a FEB poderia ser uma ameaça ao seu governo, visto que havia uma contradição interna: o governo brasileiro enviou tropas para lutar contra regimes ditatoriais ao passo que havia uma ditadura vigente no Brasil.

Dessa forma Vargas procurou realizar a desmobilização da FEB ainda em território italiano. Os militares “febianos” receberam na Itália seus certificados de baixas e assim que

chegaram ao Brasil passaram a ser comandados não mais pelo Marechal Mascarenhas de Moraes, mas sim pelo comandante militar do então Distrito Federal, que não era simpatizante dos “febianos” (HAAG, 2013). Além disso os pracinhas foram “proibidos de usar em público condecorações ou peças de uniforme militar e, os militares profissionais, foram mandados para as fronteiras ou para longe dos grandes centros” (ROSA, 2012). Dessa forma Vargas enfraquecia um possível movimento militar contra sua ditadura no Brasil.

2.8 O PAPEL NA REDEMOCRATIZAÇÃO

No ano de 1937 Getúlio Vargas, apoiado e motivado pelos militares, fechou o Congresso Nacional e outorgou uma nova constituição, estabelecendo uma ditadura no Brasil, período que ficou conhecida como Estado Novo (1937-1945). O Exército foi “um dos pilares de sua sustentação, um contrapeso às forças oligárquicas” de Vargas nesse período (CARVALHO, 2019). Dois militares se sobressaem nesse cenário: o General Eurico Gaspar Dutra e o General Góes Monteiro. Os dois ocuparam cargos-chaves no Ministério da Guerra, na chefia do Estado Maior do Exército e na presidência do Clube Militar de 1937 a 1945, proporcionando um bom relacionamento entre Vargas e as Forças Armadas.

Com a Segunda Guerra Mundial se encaminhando para o fim, era grande a expectativa das camadas sociais pela constitucionalização do país. Dessa forma Vargas determinou que Góes Monteiro, juntamente com o Ministro da Guerra e do Trabalho, buscasse a melhor forma de atender aos anseios da população. Assim, publicou-se no dia 28 de fevereiro de 1945 o Ato Adicional nº 9, que marcou eleições para o dia 2 de dezembro.

Silva (2012) assinala que para as eleições presidenciais, foram lançadas as candidaturas do Brigadeiro Eduardo Gomes, pela UDN (União Democrática Nacional) e do General Eurico Gaspar Dutra, pelo Partido Social Democrático (PSD). Somada a esse cenário de disputas eleitorais Silva (2012) ressalta:

O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), criado por inspiração de Vargas e baseado nas organizações sindicais, não se afeiçoava ao nome do Ministro da Guerra, que era apoiado pelo Governo. O Partido Comunista do Brasil (PCB), em sinal de descontentamento com as duas candidaturas militares, advogava pela convocação de uma assembleia nacional constituinte, com Getúlio no poder, associando-se ao PTB na campanha “queremista”. Essa associação assustava as camadas dominantes da sociedade brasileira e a grande maioria dos chefes militares, receosos da ameaça comunista e da possibilidade de que Vargas, em aliança com Prestes, tentasse permanecer no poder, desprestigiando Dutra e Eduardo Gomes. (SILVA, 2012, p.141)

Goés Monteiro, que estava em Montevideo na função de embaixador extraordinário do Brasil junto ao Comitê de Emergência e Defesa Política da América (SILVA, 2012, p.139), havia sido cogitado para assumir o Ministério da Guerra. Como condição, Goés estabeleceu que para ocupar a pasta o Governo não se comprometeria com as campanhas políticas desencadeadas pelo PCB. (RAMOS apud SILVA, 2012, p.141).

Um outro ator político criado por Vargas foi também um dos motivos da separação dele (Vargas) com os militares: o movimento trabalhista (PANDOLFI, 1999). Considerado pelos militares como um movimento de viés comunista, o movimento trabalhista foi um importante apoio para o governo do presidente Vargas, que esperava obter o apoio dos trabalhadores para as próximas eleições.

As políticas sociais varguistas voltadas para os trabalhadores tinham semelhança com o fenômeno peronista em marcha na Argentina desde 1943, o que preocupava a alta cúpula militar brasileira. A aproximação de Vargas à classe operária, a criação do Ministério do Trabalho em 1942, dentre outras ações deram origem a um movimento de opinião pública favorável a permanência de Getúlio no poder, o que os militares temiam. Essa foi também umas das causas do que Carvalho (2019) chama de divórcio entre Vargas e as Forças Armadas.

Figura 6 – Comemoração do 1º de Maio no Campo do Vasco da Gama, Rio de Janeiro, 1942



Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/fol/brasil500/imagens9.htm>

Tendo em vista a aproximação dos militares às ideologias anticomunistas, principalmente após o retorno da Segunda Guerra Mundial, o Exército temia que Vargas se utilizasse desses movimentos para permanecer no poder, realizando um novo golpe, já que haviam eleições previstas para o mesmo ano. Ribeiro (2015) também cita alguns atos que preocuparam os militares como o decreto-lei nº 7.474, que concedeu anistia geral a todos os presos políticos e o reconhecimento por parte do governo brasileiro da União Soviética. “A percepção do Exército em relação à política nacional era que não se apresentava conjuntura favorável à permanência de Vargas no poder” (PINTO, 2018, p. 64)

A nomeação de Benjamim Vargas, irmão de Getúlio Vargas, como chefe da polícia do Distrito Federal foi o fator decisivo para que o Exército tomasse uma postura frente à ditadura de Vargas. O General Góes Monteiro ficou irritado e afirmou que a nova nomeação transgredia o acordo feito entre o Governo e as Forças Armadas, segundo as quais o calendário eleitoral estabelecido não seria modificado, considerando este ato como um golpe (RAMOS apud SILVA, 2012, p.142). Os militares receavam que Vargas, motivado pelo movimento trabalhista, utilizasse a polícia do Distrito Federal para prender todos os generais que estivessem conspirando contra o regime e realizasse um novo golpe.

Conforme demonstra Carvalho (2019):

Foram grandes as pressões sobre os militares para acabar com a ditadura que eles próprios tinham ajudado a implantar. Democratas, liberais e reacionários, todos pediam a saída do ditador. As pressões generalizadas e o receio de que Vargas tentasse permanecer no poder sustentado no apoio popular, frustrando o processo eleitoral já em curso, levaram à sua deposição pelas Forças Armadas em outubro de 1945. (CARVALHO, 2019).

Pinto (2018) ressalta ainda que “a população brasileira possuía plena consciência de que o Exército era a principal instituição que poderia garantir o processo de redemocratização política nacional de maneira segura, mantendo a ordem e evitando a possibilidade de uma nova Guerra Civil” (p. 64)

Na noite do dia 29 de outubro de 1945, a Alta Cúpula das Forças Armadas reuniu-se. Silva (2012) assim descreve esse fato histórico:

Os generais da Alta Cúpula das Forças Armadas, reunidos no gabinete do General Góes Monteiro, estabelecem que Vargas seria afastado do Governo, naquela noite de 29 de outubro de 1945. Assinala Freixinho (1997, p. 397), que, concluída aquela espécie de assembleia que, virtualmente, depôs Getúlio, fez-se uma reunião fechada, com Dutra, Eduardo Gomes e Góes, tendo como tema a constituição do novo governo (p.142).

O Palácio da Guanabara foi cercado por forças militares a comando do General Oswaldo Cordeiro de Farias e Getúlio Vargas foi deposto. Para o novo governo foi empossado José de Linhares, então presidente do STF.

O Exército, como principal fiador da política adotada por Getúlio Vargas desde a Revolução de 1930, obrigou-se a tomar radical decisão ao depor o presidente, pois o regime totalitário não possuía mais espaço na sociedade brasileira no ano de 1945. O Brasil iniciou o processo de retomada do rumo democrático, com o Exército compreendendo o seu papel principal de fiador da ordem constitucional, da lei e do direito (PINTO, 2018, p. 72).

O Exército Brasileiro exerceu um papel de ator político nacional, assumiu a condução da política no país, impondo sua visão político-social, modelos de desenvolvimento econômico que julgava corretos e seus valores e princípios na sociedade.

As eleições foram realizadas no dia 2 de dezembro de 1945. Vencedor das eleições presidenciais, o General Dutra assumiu a presidência da república no dia 31 de janeiro de 1946 iniciando-se um novo período democrático no Brasil.

A partir desse período, o Exército não se comportaria influenciado pela cooptação de generais mas sim a partir de seus regulamentos, normas internas e pela doutrina desenvolvida por Góes Monteiro quanto a participação das Forças Armadas na política nacional, que se tornaria a base das doutrinas difundidas na Escola Superior de Guerra (TREVISAN apud SILVA, 2012, p. 145).

Consciente de seu papel social, as Forças Armadas desenvolveram uma nova concepção civil e militar na sociedade brasileira, focadas em seu papel constitucional e voltadas cada vez mais para a defesa externa e para a garantia dos poderes constitucionais.

3 REFERENCIAL METODOLÓGICO

3.1 TIPO DE PESQUISA

Segundo Andrade (2004) a pesquisa científica “é o conjunto de procedimentos sistemáticos, baseados no raciocínio lógico, que tem por objetivo encontrar soluções para os problemas propostos, mediante emprego de métodos científicos”. Será feita uma pesquisa bibliográfica que segundo Fonseca (2002) “é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meio escritos e eletrônicos” como documentos monográficos, livros, jornais e textos publicados na internet.

Trata-se de uma pesquisa com uma abordagem quantitativa realizada por meio de um estudo bibliográfico para levantar as obras relacionadas ao tema proposto. Em sua concepção, esse estudo tem por método a leitura seletiva do material pesquisado bem como sua revisão, auxiliando o processo de análise e compêndio dos materiais estudados, de forma a produzir um trabalho atualizado e compreensível. As informações coletadas não foram restritas ao período de tempo estudado (1889 – 1945), visto que foi necessário levantar dados históricos do meado do século XIV relativos a porcentagem dos gastos do governos destinados às Forças Armadas.

A coleta de informações foi feita a partir da leitura de obras impressas e manuscritas, que se resumiram a livros, teses de mestrado e doutorado, arquivos do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, revistas do Clube Militar e outras fontes de pesquisas disponíveis na internet e na biblioteca da AMAN.

Quanto à natureza, o presente estudo caracteriza-se por seu uma pesquisa descritiva na medida que tem por objetivo esclarecer a influência do Exército Brasileiro na política nacional e o seu papel na redemocratização do país em 1945.

3.2 MÉTODOS

3.2.1 Seleção de documentos

O assunto discutido neste trabalho é de difícil debate no meio acadêmico. Em parte pela aversão do meio civil às Forças Armadas causada pelos governos militares e também pela

historiografia com tendências esquerdistas no meio acadêmico atualmente. Foram selecionadas obras que fogem do viés histórico patriótico, na busca de se entender os fatos de forma isenta de ideologias.

Algumas obras estão presentes na biblioteca da AMAN e fazem parte da BIBLEX.

3.2.2 Análise dos documentos

Método científico é o conjunto de regras básicas para se desenvolver novos conceitos ou integrar conhecimentos já existentes. Neste trabalho foi utilizado o método dedutivo para a análise de documentos, livros, artigos e revistas, buscando-se entender todo o histórico do envolvimento político do Exército desde a proclamação da República até a deposição de Getúlio Vargas.

O delineamento da pesquisa contemplou as seguintes fases: levantamento do tema, relevância do tema, objetivos da pesquisa, objetivos gerais e específicos, justificativa, pesquisa bibliográfica, coleta e análise de dados e conclusão.

4 CONCLUSÃO

Analisando a historiografia do Brasil, podemos ver a importância do Exército Brasileiro para o desenvolvimento de nosso país e para a manutenção da democracia. As grandes transformações políticas ocorridas no Brasil desde a Proclamação da República foram provocadas ou tiveram a participação direta do Exército Brasileiro.

José Murilo de Carvalho comparou em seu livro “Forças Armadas e política no Brasil”, o profissional militar, o médico e o clérigo. Todas essas profissões assumem para si responsabilidades perante a sociedade, que geram nesses profissionais um senso de responsabilidade, de que possuem relevância social e de que devem ser atores em suas sociedades.

Por meio de ações nas quais teve participação direta como a Proclamação da República, as revoltas na década de vinte, o Movimento Tenentista ou ações indiretas como o apoio ao

governo de Vargas a Força Terrestre demonstrou seu comprometimento e preocupação com os rumos da sociedade brasileira.

Com o fim da Monarquia, o Exército Brasileiro que outrora se via exercendo um papel secundário de defesa da Nação, sucateado com equipamentos antigos, estagnado com os métodos de combate resultantes das guerras europeias, assumia a administração não só da Força mas também do país. Ao assumir a presidência da República em 1889, Marechal Deodoro da Fonseca assumiu a responsabilidade de conduzir a Nação e também a de atender às demandas e expectativas dos integrantes do Exército Brasileiro.

No início da República, o Exército exerceu uma função diferente se comparado ao seu papel no período anterior, o Segundo Reinado. Apesar de os militares terem assumido a Presidência da República, não houve grandes mudanças na Força. Somente quando o Marechal João Nepomuceno assumiu o Ministério da Guerra foram implementadas mudanças significativas no Exército, que tinham como objetivo principal a profissionalização do corpo de oficiais e a redução da influência militar sobre o governo. Mudanças como a reestruturação do ensino militar, a reorganização das unidades militares antes espalhadas pelo território nacional, a criação da nova fábrica de cartuchos e artefatos de guerra e as melhorias em diversas fortalezas no litoral brasileiro renovaram o ânimo e expectativas dos integrantes do Exército.

Apesar desses fatores, foram diversos os momentos que militares participaram de movimentos políticos. Podemos citar como exemplo o manifesto dos 13 generais, a Revolta da Escola Militar em 1895, a Revolta dos Sargentos em 1915, a participação dos alunos da Escola Militar da Praia Vermelha na Revolta da Vacina, o Tenentismo e o movimento pacificador de 1930. Nota-se que essas intervenções raramente partiram da organização como um todo mas sim dos diferentes setores que a compunham, o que evidencia a importância da seleção dos integrantes do Exército, ou seja, de seu recrutamento.

Diferentemente do período monárquico em que a seleção de militares era feita entre classes nobres, convocando portugueses oriundos de academias militares, o recrutamento e as promoções passaram a ser feitas dentro da própria instituição e nas camadas mais pobres da sociedade, o que facilitava a cooptação política desses grupos, além de eles próprios terem reivindicações de caráter social. Foi um período de forte polarização política dentro do Exército que prejudicou o desenvolvimento da Força Terrestre. Como consequência da participação política do Exército foram implementadas medidas para mitigar essa participação. Uma delas foi a mudança de sede das escolas militares.

A Escola Militar da Praia Vermelha foi criada em 1857, no Rio de Janeiro, então capital do Império, como um desdobramento da Escola Central, até então único estabelecimento de ensino superior do Exército e única escola do Império a formar engenheiros, tanto civis quanto militares. O objetivo do governo era proporcionar, na Praia Vermelha, um ensino prático que complementasse o ensino teórico ministrado na Escola Central (CASTRO, 2019). Após seu fechamento devido ao envolvimento dos alunos com a Revolta da Vacina, o ensino foi transferido para a Escola Militar do Realengo. Uma das justificativas para essa mudança foi o relativo afastamento da bairro do Realengo em relação ao centro do Rio de Janeiro. Contudo, o distanciamento não foi suficiente para afastar os cadetes das agitações políticas da metrópole. O afastamento político foi somente obtido com a transferência da escola para a cidade de Resende-RJ, dando origem a Academia Militar das Agulhas Negras.

O período histórico compreendido entre a o início da República e ano de 1945 foi importante para o Exército. Vargas soube aproveitar o apoio da Força durante a Revolução de 1930 e a cooptou, usando-a como uma base de apoio para seu governo. Como forma de consolidar o apoio do Exército, Getúlio Vargas promoveu uma reforma da cúpula militar, elevando ao generalato rapidamente Góes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra e expurgando oficiais discordantes do regime. A reforma da cúpula militar acompanhada da homogeneização da instituição proporcionava mais estabilidade à instituição e conseqüentemente ao governo. Foi também um período de grande desenvolvimento para a instituição, com a atualização de regulamentos e principalmente de equipamentos.

Com o surgimento da Segunda Guerra Mundial, o cenário político interno alterou-se. Um dos principais argumentos defendidos pelos historiadores para o afastamento dos militares de Vargas seria a contradição interna: as Forças Armadas estavam lutando na Europa contra ditaduras ao passo que no Brasil vigorava também um regime ditatorial. Contudo, destaca-se também as políticas sociais varguistas e o movimento trabalhista. Considerado pelos militares um movimento de viés comunista, os militares temiam que Vargas se utilizasse desse setor social para implantar um novo golpe.

O retorno dos pracinhas ao término da guerra foi também um fator que de certa forma preocupou Getúlio Vargas. Com a FEB lutando pelos ideais democráticos na Europa, Vargas viu que o retorno dos pracinhas poderia ser uma potencial ameaça para o seu governo. Dessa forma, Getúlio Vargas realizou a desmobilização da força expedicionária ainda em solo italiano e ao chegarem no Brasil foram rapidamente realocados nas diversas guarnições espalhadas pelo

território nacional, diminuindo assim a possibilidade de haver algum movimento contrário à Vargas por parte dos pracinhas.

Nesse cenário a Alta Cúpula das Forças Armadas decidiu depor Getúlio Vargas e pôr fim ao Estado Novo. Instaurava-se o que Carvalho (2019) denominou de divórcio entre Vargas e as Forças Armadas e o ressurgimento da democracia em nosso país.

Analisando a história do Exército Brasileiro vemos que ela se confunde com a própria história de nossa Nação e que a Força Terrestre exerceu influência em diversos movimentos importantes dela. Pautados em ideais e valores, grandes líderes militares souberam conduzir com sapiência nosso Exército e nosso país nos trilhos da democracia e liberdade.

Tendo em vista o trabalho exposto, nota-se que as ações e medidas adotadas pelas lideranças do Exército Brasileiro na década de 30 foram fundamentais para a ordem e progresso da nação e para o desenvolvimento da Força. À semelhança do que já ocorre na AMAN em datas significativas como o “31 de Março”, o dia do Exército, dentre outras, poderia haver palestras ministradas aos integrantes da Academia sobre a atuação do Exército Brasileiro durante a Era Vargas e a redemocratização do Brasil em 1945. Além disso, poderia haver também maiores estudos sobre as lideranças dos Generais Dutra e Góes Monteiro na Academia Militar das Agulhas Negras durante a Era Vargas, visto que foram essenciais para a manutenção e desenvolvimento do Exército. Tudo com a finalidade de se formar jovens oficiais sabedores da importância do papel desempenhado pelo Alto Comando do Exército nesse período de nossa história nacional.

Por fim, cabe-se destacar o papel do Exército no período de 1889-1945 e sua relevância para o Brasil. A força terrestre nesse período tornou-se mais coesa, coerente e forte, condições indispensáveis para que se atingisse o atual nível de desenvolvimento e adestramento atual.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carlos Fernando F. de. **Segunda Guerra Mundial e seus reflexos no Brasil**. Brasília, DF: Thesaurus, 2015.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução a metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 4ed. São Paulo: Atlas, 1998.

BARROS, Cleber de. **A Ideologia do Movimento Tenentista**. 2005. Dissertação (Mestrado em história) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes - Departamento de História, Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

CABRAL, Dilma. **Academia Real Militar**. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/126-academia-real-militar>. Acesso em: 26 mar. 2020.

CÂMARA, Hiram de Freitas. **Marechal José Pessoa: A força de um ideal**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985.

CARVALHO, José Murilo de (1939-). **Forças Armadas e política no Brasil**. São Paulo: Todavia, 2019.

CASTRO, Celso. **Escola Militar da Praia Vermelha**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ESCOLA%20MILITAR%20DA%20PRAIA%20VERMELHA.pdf>. Acesso em: 02 out. 2019

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **Navegando na história: "A Era Vargas - 1º tempo - dos anos 20 a 1945"**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/apresentacaohttps://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/apresentacao> Acesso em: 18 Maio 2020.

COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Forense-universitária, 1976.

CUNHA, Luciana Gross; BUENO, Rodrigo de Losso da Silveira; OLIVEIRA, Fabiana Lucide; Sampaio, JOELSON Oliveira; RAMOS, Luciana de Oliveira; MACEDO, Gabriel Hideo Sakai de. **Relatório da FGV ICJBrasil - 2º e 3º trimestres**. São Paulo, 2014. Disponível em <http://hdl.handle.net/10438/13599> Acesso em: 05 out. 2019.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**. São Paulo: Globo, 2001.

FILHO, Hélio De Souza. **A participação do Exército na vida política nacional: da proclamação da república ao fim da Era Vargas.** Monografia (Curso de Altos Estudos Militares) - ECEME, Rio de Janeiro, 1996.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002.

GOMES, Ângela Maria de Castro; D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. **Getulismo e Trabalho: tensões e dimensões do Partido Trabalhista Brasileiro.** Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987.

HAAG, Carlos. **Em busca da “guerra boa” dos pracinhas.** Pesquisa FAPESP, ago. 2013. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/2013/08/13/em-busca-da-guerra-boa-dos-pracinhas/> Acesso em: 30 set. 2019.

HAYES, ROBERT AMES. **Nação Armada: a mística militar brasileira.** Tradução de Darcy G. Doubrawa. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1991

HUNTINGTON, Samuel P. **The Soldier and the State.** Nova Iorque: Vintage Books, 1964

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das; MACHADO, Humberto. **O Império do Brasil.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

NUNES, Richard Fernandez. **O Exército Brasileiro nas primeiras décadas da República: fundamentos históricos de sua profissionalização.** Trabalho de Conclusão de Curso (Especialista em Política, Estratégia e Alta Administração Militar) – ECEME, Rio de Janeiro, 2010.

PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando O Estado Novo.** Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PRESTES, Luis Carlos. **Luis C. Prestes e os Antecedentes da Revolução de 1930.** Revista de Sociologia política, Curitiba, 1988

PINTO, Fabrício Ramires. **O papel do Exército Brasileiro na construção e no fim da Era Vargas (1930-1945).** Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) -ECEME, Rio de Janeiro, 2018.

ROSA, Franco de. (Org.) **O Brasil na 2ª Guerra Mundial: A história através dos depoimentos de quem esteve lá.** São Paulo: Editora Minuano, 2012.

RIBEIRO, Antônio Sergio. **29 de outubro de 1945: o fim do Estado Novo.** Outubro, 2005. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=279581> Acesso em: 02 out. 2019.

SANTOS, Jose Maria dos. **A Política Geral do Brasil.** São Paulo: J. Magalhães, 1930

SENA, Ernesto. **Deodoro: subsídios para a história.** Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 1999.

SILVA, Daniel Neves. "**O que foi o tenentismo?**"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-foi-tenentismo.htm>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2020.

SILVA, Luiz Carlos Tomaz **A liderança do General Góes Monteiro nas transformações políticas do Exército, na Era Vargas**. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2012.

SOARES, Leonardo. **Verdades e Vergonhas da Força Expedicionária Brasileira**. Curitiba: Livraria Soares, 1958.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. **Formação profissional e formação política na Escola Militar do Realengo**. Revista Brasileira de História. Disponível em: scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882012000100013 Acesso em: 26 Mar. 2020

TÁVORA, Juarez. **Uma vida e muitas lutas - Memórias**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1973.

VASCONCELOS, Cláudio Beserra de. **MALLET, João Nepomuceno de Medeiros**. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MALLET,%20Jo%C3%A3o%20Nepomuceno%20de%20Medeiros.pdf> Acesso em: 04 Abr. 2020.